



Chinaglia descarta discussão sobre 3º mandato

ORÇAMENTO 8

Parecer eleva teto de emendas individuais para R\$ 8 milhões

O parecer preliminar do deputado José Pimentel ao Orçamento de 2008, aprovado ontem à noite pela Comissão Mista de Orçamento, eleva para R\$ 8 milhões o valor das emendas individuais. Com a alteração, essas emendas vão somar R\$ 4,752 bilhões e as emendas coletivas (bancadas e comissões) perderão R\$ 594 milhões. Com o acordo, elas passarão a somar R\$ 6,84 bilhões. Esse montante será dividido da seguinte forma: 25% para as bancadas estaduais, 55% para as relatorias setoriais e 20% para o relator-geral. Até o fechamento desta edição, os integrantes da comissão analisavam destaques ao texto. José Pimentel informou ainda que o governo federal vai leiloar terrenos e imóveis no ano que vem para cumprir o teto de despesas com a saúde.

DESENVOLVIMENTO 5

Arnon Bezerra quer regionalização e mais investimentos para o setor de turismo

COMBUSTÍVEL 6

Aelton Freitas pede legislação sólida para produção nacional de biodiesel

TELEVISÃO 7

Cota para desenho nacional não é consenso entre produtores e emissoras



SALÚ PARENTE

Reunidos ontem com o presidente Chinaglia, os líderes definiram propostas prioritárias para análise pelo Plenário

Líderes priorizam voto aberto, conclusão da reforma política e PEC dos Vereadores

O Colégio de Líderes decidiu ontem, em reunião com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, que após a desobstrução da pauta o Plenário vai priorizar a votação da redefinição dos gastos e da composição das câmaras de vereadores; da PEC que acaba com o voto secreto; e a con-

clusão da reforma política. Na sessão de ontem, o Plenário aprovou a revogação de três medidas provisórias. A MP 390/07 revogou a MP 379/07, que prorrogava o prazo de renovação dos registros de armas feitos em órgãos estaduais. A MP 391/07 revogou a MP 380/07, que criava o Regime de Tributação

Unificada para a importação de mercadorias do Paraguai com alíquota única. E a MP 392/07 revogou a 382/07, que concedia benefícios tributários às indústrias têxtil, moveleira, de calçados e artefatos de couro e de confecções na compra de bens de capital. As medidas seguem para análise do Senado. **Página 3**

O deputado Devanir Ribeiro não deverá apresentar proposta de emenda constitucional que daria ao presidente da República o direito de convocar plebiscitos sobre vários assuntos, inclusive sobre um possível terceiro mandato. A informação foi dada ontem pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, que reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini. A Câmara, disse Chinaglia, se deliberar sobre o assunto, pode acabar com a possibilidade de reeleição para presidente, uma vez que a maioria das propostas que tramitam na Casa versam nesse sentido. Devanir Ribeiro, que também participou da reunião no Palácio do Planalto, disse ter informado a Lula que sequer apresentou tal proposta. O deputado Fernando Ferro exigiu em Plenário que jornalista da Folha de S. Paulo se retrate da informação de que ele seria autor de uma proposta de terceiro mandato para o presidente Lula. Segundo explicou Ferro, o que ele pediu foi o desarquivamento da PEC 23/99, de sua autoria, que proíbe a reeleição. **Página 2**

MEIO AMBIENTE

Decreto governamental deverá priorizar compras feitas com "licitação verde"

Página 6

PROSTITUIÇÃO

Debate sobre legalização da atividade começa com divergências na CCJ

Página 7

Deputado proporá que decisão do TSE sobre fidelidade seja sustada

Com o apoio de integrantes da CCJ, o deputado Regis de Oliveira deve apresentar hoje projeto de decreto legislativo sustando a resolução do TSE que prevê a cassação, em rito sumário, do mandato do político

que trocar de legenda - decisão a contar de 16 de outubro. Segundo o deputado paulista, o tribunal está legislando sem ter poderes constitucionais para tanto, usurpando competência do Legislativo. **Página 4**

SISTEMA CARCERÁRIO

CPI vai propor alterações no fundo penitenciário e na progressão de penas

Página 5

Chinaglia: tendência é acabar com reeleição

Após reunir-se com Lula, Arlindo Chinaglia garantiu que proposta de Devanir Ribeiro sobre plebiscito não será apresentada

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, afirmou ontem que o deputado **Devanir Ribeiro (PT-SP)** não deverá mais apresentar proposta de emenda constitucional que daria ao presidente da República o direito de convocar plebiscitos sobre vários assuntos, inclusive sobre um possível terceiro mandato. Pela manhã, Chinaglia e Ribeiro se reuniram com o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva e o presidente nacional do PT, Ricardo



Deputado Devanir Ribeiro e Ricardo Berzoini, presidente do PT, após encontro com Lula e Chinaglia

Berzoini, para tratar do assunto, que também foi abordado na reu-

nião de líderes da tarde.

Segundo Chinaglia, a Câmara, na verdade, tende a deliberar o sentido oposto da suposta proposta e acabar com a possibilidade de reeleição para presidente. "A imensa maioria, eu diria que quase a totalidade (dos projetos que tramitam sobre o assunto), se propõe a acabar com o instituto da reeleição", declarou. Ele adiantou, no entanto, que acha di-

ficil votar essas propostas ainda em 2007, porque a reeleição (e o fim

dela) é um tema de complexidade política, e o ano já está no fim.

Posição do PT

Berzoini atribuiu as especulações sobre o tema à oposição, e disse que o objetivo da reunião foi "colocar um ponto final em uma pauta artificial e extemporânea". Segundo ele, o PT é contrário à reeleição e inclusive votou contra a Emenda Constitucional 16, que a instituiu em 1997. O presidente do PT ainda lembrou que, no último congresso nacional do partido, essa posição foi confirmada.

Plebiscito

O deputado Devanir Ribe-

ro disse ter informado a Lula que nem sequer apresentou tal proposta. Ele lembrou que a idéia teria surgido nas discussões da comissão especial que analisou a reforma política, e o objetivo era estender ao presidente da República a prerrogativa de convocar plebiscitos (sobre qualquer assunto) que hoje é exclusiva do Congresso. Segundo ele, essas notícias, somadas ao pedido de desarquivamento de propostas de emendas constitucionais sobre reeleição, acabaram provocando especulações infundadas que têm sido veiculadas na imprensa.

Nota esclarece desarquivamento de Pec

O presidente Arlindo Chinaglia divulgou nota esclarecendo o desarquivamento de PEC propondo reeleições sucessivas para presidente, governador e prefeito. No documento, Chinaglia afirma ser "absolutamente incompatível com a verdade dos fatos" a afirmação contida em matéria da *Folha de S. Paulo* de que "sem alarde", teria mandado desarquivar em abril uma PEC que permitiria a reeleição sem limites. A seguir, a íntegra da nota, enviada à Folha no dia 1º deste mês:

"A propósito da matéria intitulada "Proposta sobre 3º mandato é desarquivada", publicada nesta Folha de S. Paulo, edição de hoje, dia 1º de novembro de 2007, página A7, presto os seguintes esclarecimentos:

1. É absolutamente incompatível com a verdade dos fatos a afirmação contida na matéria de que "sem alarde, o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), mandou desarquivar em abril deste ano uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que permite a reeleição sem limites para cargos majoritários, abrindo caminho para a aprovação de um terceiro mandato para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva";

2. Pelo Regimento da Câmara dos Deputados (art. 105), as proposições arquivadas ao final da legislatura podem ser desarquivadas, bastando para isso o requerimento do autor, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa.

3. O requerimento de desarquivamento é direito do autor, estando o Presidente da Câmara obrigado a atendê-lo, nos termos do Regimento (parágrafo único do art. 105);

4. Em 14 de fevereiro de 2007, o deputado Fernando Ferro apresentou o Requerimento 280/07, através do qual solicitou o desarqui-

vamento de quarenta e sete projetos, dentre eles a PEC 23/99, que "dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao art. 82 da Constituição Federal". Posteriormente, a deputada Rita Camata e o deputado Valdemar Costa Neto também solicitaram o desarquivamento das PECs nºs 26/99 e 628/98.

5. As PECs mencionadas estavam tramitando em conjunto com outras propostas, num total de onze PECs, sendo que o desarquivamento de qualquer delas tem como consequência o desarquivamento de todas.

6. A análise de tais requerimentos é atribuição da Secretaria-Geral da Mesa, sendo que, em tais casos, a matéria sequer vem à Presidência da Câmara. Por ser tarefa de rotina, o despacho é feito por chancela eletrônica, pelo Secretário-Geral da Mesa, que para tanto detém autorização do Presidente da Câmara.

7. Por último, em quaisquer circunstâncias, o Presidente da Câmara dos Deputados age e trabalha às claras, com total transparência e, no que diz respeito a eventual posicionamento político diante de qualquer fato, atua sem receio algum de assumir e expor suas posições.

8. Em anexo, documentação comprovando cabalmente os esclarecimentos acima".

ARLINDO CHINAGLIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Ferro exige retratação de jornalista e reafirma ser contrário à reeleição

Em Plenário, o deputado Fernando Ferro exigiu que o jornalista Clóvis Rossi, da Folha de S. Paulo se retrate da informação de que seria autor de uma proposta de terceiro mandato para o presidente Lula. O deputado explicou que pediu o desarquivamento da PEC 23/99, de sua autoria, que, ao contrário, proíbe a reeleição e que, quando do desarquivamento de sua proposta, foi desarquivada também outra proposta do ex-deputado Inaldo Leitão que estabelece a possibilidade de reeleições indeterminadas.

"Sou contra a reeleição, deixo isso claro", disse o parlamentar, ao refutar insinuação de que seu partido estaria fazendo uma conspiração pelo terceiro mandato. "A democracia precisa de rotatividade e de alternância, e não irá o presidente Lula fazer o mesmo papel de Fernando Henrique Cardoso, "que, empolgado com a sua eufórica popularidade, propôs o instituto da reeleição em 1998".

Inocêncio Oliveira (PR-PE), 2º vice-presidente da Casa, afirmou que não concor-

da com o terceiro mandato para presidente da República e considerou uma vergonha que se cogite algo dessa natureza, porque isso seria mudar a regra do jogo no curso do processo. Além disso, acrescentou, o próprio presidente Lula já demonstrou que não aceita a mudança.

Onyx Lorenzoni (RS), líder do DEM, afirmou que, mesmo que o presidente Lula diga que não quer um terceiro mandato, ele já tem o instrumento para conseguir-lo. Em sua opinião, esse instrumento seria a MP 398/07, que cria a TV Brasil. "É a TV do Lula", afirmou, acrescentando que o governo federal já tem a Radiobrás e não precisa de uma nova TV. Ele advertiu que uma TV pública não pode ser controlada pelo Executivo e deu como exemplo a BBC, inglesa, dirigida por um conselho. Os conselheiros, disse, são indicados pela rainha, mas devem ser aprovados e prestar contas ao Parlamento. É necessário ainda, afirmou, independência financeira e administrativa, o que também não ocorre no modelo descrito pela MP.

Mesa da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente:
Arlindo Chinaglia (PT-SP)
1º Vice-Presidente:
Nárcio Rodrigues (PSDB-MG)
2º Vice-Presidente:
Inocêncio Oliveira (PR-PE)
1º Secretário:
Osmar Serraglio (PMDB-PR)
2º Secretário:
Ciro Nogueira (PP-PI)
3º Secretário:
Waldemir Moka (PMDB-MS)

4º Secretário:
José Carlos Machado (PFL-SE)
Suplentes:
Manato (PDT-ES), Arnon Bezerra (PTB-CE), Alexandre Silveira (PPS-MG) e Deley (RJ-PSC)
Ouvidor Parlamentar:
Carlos Sampaio (PSDB - SP)
Procurador Parlamentar:
Alexandre Santos (PMDB - RJ)
Diretor-Geral:
Sérgio Sampaio de Almeida
Secretário-Geral da Mesa:
Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **William França** (61) 3216-1500 - Fax: (61) 3216-1505

Jornal da Câmara

Diretora: (61) 3216-1651
Amneres Pereira

Editora-chefe:
Rosalva Nunes

Editores: (61) 3216-1666
Marcondes Sampaio,
Maria Clarice Dias,
Adriana Resende
Ilustrador: Renato Palet

Diagramadores: (61) 3216-1667
Guilherme Rangel Barros,
José Antonio Filho e
Roselene Figueiredo

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - CEP: 70160-900 Brasília - DF

www.camara.gov.br
jornal@camara.gov.br

Líderes decidem priorizar voto aberto

A conclusão da reforma política e a PEC dos Vereadores também entrarão na pauta como prioridade

Em reunião ontem com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, o Colégio de Líderes decidiu que, após a liberação da pauta, o Plenário vai priorizar a votação da redefinição dos gastos e da composição das câmaras de vereadores (PEC 333/04); da PEC 349/01, que acaba com o voto secreto no Congresso, nas assembleias legislativas, na Câmara Legislativa do DF e nas câmaras municipais; e a conclusão da reforma política.

Em relação ao voto aberto, Chinaglia declarou que vai se reunir com o presidente em exercício do Senado, Tião Viana, para avaliar a possibilidade de um texto comum sobre o tema. "A maioria dos líderes [na Câmara] defende que se vote aqui em segundo turno o voto aberto, mas quero falar sobre isso com o senador Tião Viana", ressaltou.

MPs revogatórias

Na sessão de ontem, o Plenário aprovou a revogação de três medidas provisórias. As revogações foram usadas pelo governo para destrancar a pauta com o objetivo de votar, em primeiro turno, a PEC 50/07, de prorrogação da CPMF e da DRU até 2011. A MP 390/07, aprovada pelos deputados, revoga a MP 379/07, que prorrogava o prazo de renovação dos registros de armas feitos em órgãos estaduais até a data de publicação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03). A matéria segue para o Senado.

Durante o processo de votação, o PSDB obstruiu os trabalhos por não concordar com



Os deputados aprovaram ontem três medidas provisórias revogatórias, mas a pauta ainda está trancada por duas MPs

o uso de medidas provisórias para a revogação de outras. O partido entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as MPs de revogação. Os outros partidos de oposição (DEM, PPS e Psol), apesar de também serem contra MPs revogatórias, não usaram da obstrução para protestar contra a 390/07.

Segundo o relator da matéria, deputado **Vilson Covatti (PP-RS)**, o STF já decidiu favoravelmente, em decisões plenárias pronunciadas em 1993 e em 1995, à edição de medidas provisórias revogatórias de outras.

No dia anterior à revogação, o deputado **Pompeo de Mattos (PDT-RS)** chegou a apresentar um projeto de lei de conversão para a MP depois de negociações com o governo e a base aliada. Ele havia retirado diversos dispositivos do texto, mantendo apenas a redução das taxas de registro de armas e de sua renovação, assim como a prorrogação do

prazo de renovação do registro. Dois dias após a revogação, o governo editou nova medida provisória (394/07) contendo apenas esses dois pontos.

Durante os debates da matéria, o deputado **Dr. Ubiali (PSB-SP)** defendeu a aprovação da MP 390, sustentando que ela revogava a MP 379 por motivo justo. Ele explicou que o governo reeditou uma medida mantendo as características da MP 379, que eram necessárias para que houvesse regulamentação do porte de arma. **Eduardo Valverde (PT-RO)** afirmou que, se não fosse a atitude "corajosa" do presidente Lula de editar a MP 390 revogando a MP 379, não teria sido possível aprovar a regulamentação da Emenda 29, que destina mais recursos para a saúde.

Importação

A segunda MP aprovada (391/07) revoga a MP 380/07, que criava o Regime de Tributação Unificada (RTU) para a importação de mercadorias do

Paraguai com alíquota única. A matéria também será analisada agora pelo Senado. A medida revogatória foi relatada pelo deputado **Giacobo (PR-PR)**, mesmo relator da MP 380/07. Pouco antes da revogação, ele havia anunciado, em bate-papo promovido pela Agência Câmara com internautas em setembro, que proporia a redução da alíquota RTU de 42,25% para 25,8%.

O tema da MP revogada passou a tramitar na Casa sob a forma do Projeto de Lei 2105/07, do Poder Executivo. O

RTU que o governo pretende criar destina-se à importação feita por via terrestre por micro e pequenos empresários participantes do Simples Nacional (Supersimples).

Votações

Para compensar o feriado do dia 15 de novembro, o presidente da Câmara vai convocar sessão de votações para a próxima segunda-feira. Neste dia, haverá nova reunião de líderes, para que cada partido apresente também propostas consideradas prioritárias para votação até o fim do ano. **(Eduardo Piovesan)**

Incentivos à indústria

A terceira MP revogatória aprovada ontem foi a 392/07. A medida revogou a 382/07, que concedia benefícios tributários às indústrias têxtil, moveleira (madeira), de calçados e artefatos de couro e de confecções na compra de bens de capital (máquinas e equipamentos). A MP 392/07 será votada ainda pelo Senado.

Em razão de acordo firmado entre a base governista e os partidos de oposição após a PEC da CPMF, a Câmara votou rapidamente a proposta de incentivos à indústria, na forma do Projeto de Lei 2086/07, do Poder Executivo, que tramitou com regime de urgência e já virou lei (11529/07).

Depois de obstruir a análise da Medida Provisória 390/07, a primeira revogatória trancando a pauta, o PSDB fechou um acordo de procedimentos com a liderança do governo para desistir dos requerimentos protelatórios. O líder do partido, deputado **Antonio Carlos Pannunzio (SP)**, retirou os requerimentos apresentados às MP 391/07 e 392/07, mas o Plenário realizou a votação nominal dos pareceres quanto à admissibilidade da MP em relação aos requisitos constitucionais de relevância e urgência.

A nova lei permite o desconto imediato de créditos do PIS/Pasep e Cofins incidentes na aquisição ou importação dessas máquinas e equipamentos. A legislação em vigor permite esse desconto na apuração dos tributos em 24 parcelas mensais. O segundo estímulo reservado a esses setores é o acesso a R\$ 3 bilhões em linhas de crédito subvencionadas com recursos da União. **(EP)**

Oposição critica interferência do governo no Legislativo

Durante os debates das MPs revogatórias, os deputados da oposição afirmaram ontem que o Executivo interferiu nas atribuições do Legislativo ao revogar medidas com o objetivo de desobstruir a pauta. Líder do PPS, o deputado **Fernando Coruja (SC)** afirmou que, se as MPs fossem de fato relevantes, não poderiam ser revogadas. Em sua opinião, o Congresso poderia até ser fechado, "se a prática do uso abusivo de MPs prevale-

cer e o presidente da República continuar legislando".

Para o deputado **Leonardo Vilela (PSDB-GO)**, revogar uma MP com outra é um exemplo gritante de que esse tipo de medida é usado mesmo quando não há urgência, relevância ou imprevisibilidade. Ele entende que o governo federal utiliza as MPs para manobrar a pauta do Congresso. Na opinião de **Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)**, a situação de a Câmara estar vo-

tando uma MP que revoga outra, cujo conteúdo é reeditado na forma de uma nova medida é "absolutamente inconstitucional". Ele afirmou que a Câmara não pode reclamar do fato de a Justiça estar legislando.

O deputado **Bruno Araújo (PSDB-PE)** disse que a sistemática do governo federal de editar MPs tem como objetivo obstruir a pauta de votação na Câmara. "Isso interfere no poder constitucional dos presi-

dentos das Casas em determinar a Ordem do Dia da Câmara e do Senado", disse. Para o deputado **William Woo (PSDB-SP)**, essa postura do governo "é um desrespeito ao Legislativo". Segundo disse, desde o começo dessa legislatura, foi votado apenas um projeto de autoria de parlamentar e 57 do governo federal.

O deputado **Luiz Carlos Haully (PSDB-SP)** afirmou que se o Governo Lula tivesse

um planejamento estratégico, não precisaria lançar mão de tantas medidas provisórias. Ele defendeu que o governo mande as propostas na forma de projetos de lei após acordo com os líderes. **Otávio Leite (PSDB-RJ)** lembrou que as medidas provisórias foram criadas para resolver questões emergenciais. No entanto, cada vez mais o governo faz uso desse recurso. **(Vania Alves e Oscar Telles)**

PINGA-FOGO

Renúncia a mandato

Pela liderança do PTB, **Armando Abílio** (PB) comentou a renúncia do então deputado Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), ocorrida no último dia 31. Abílio destacou a trajetória política de Cunha Lima, que foi vereador, prefeito de Campina Grande por duas vezes, senador, governador e deputado federal. O deputado destacou que o STF havia marcado para anteontem o julgamento de processo contra Cunha Lima, acusado de blear Tarcísio Burity, seu inimigo político, em 5 de dezembro de 1993, em um restaurante. O processo está no STF desde 1995. "Antes de morrer, Burity perdoou Ronaldo Cunha Lima", ressaltou Armando Abílio. Com a renúncia, o deputado deverá perder seu foro privilegiado e o processo deverá ser remetido para a Justiça comum. "É bom salientar que, em todas as campanhas de que o deputado Ronaldo Cunha Lima participou, saiu-se vitorioso. Jamais enfrentou uma derrota. Esse fato demonstra seu compromisso, sua identificação com a Paraíba e com os paraibanos". Armando Abílio parabenizou o deputado **Walter Brito Neto** (PRB-PB), que assumiu a vaga de Cunha Lima na última quinta-feira (1º). "Quero desejar-lhe muito êxito e felicidade na nova função que a Paraíba lhe deu".

Gás natural

Ao comentar a escassez de gás natural para atender ao consumo do país, **Albano Franco** (PSDB-SE) destacou que atualmente essa produção gira em torno de 50 milhões de m³ por dia e tem um déficit diário por volta de 18 milhões de m³, o que corresponde a 36% do consumo. Albano Franco lamentou que não haja perspectivas para que esse déficit seja zerado em curto prazo, devido à impossibilidade de se elevar a produção interna e ao aumento das importações da Bolívia por limitações técnicas e políticas. Segundo Albano Franco, o consumidor brasileiro será penalizado a pagar mais caro pelo produto, o que induz à redução do consumo. O deputado destacou que essa foi a proposta da Petrobras. "Isto é bom para a Petrobras, mas ruim para o País", disse. Para o parlamentar, essa medida indica a ausência de planejamento estratégico pelo governo na área da energia. O parlamentar avaliou que a escassez de gás natural é o prenúncio da grave crise de energia que o Brasil irá enfrentar nos próximos anos.

Regis de Oliveira elabora proposta para sustar decisão sobre infidelidade

O deputado **Regis de Oliveira** (PSC-SP) deve apresentar hoje um projeto de decreto legislativo sustentando a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), editada no final de outubro, que prevê a cassação do mandato em rito sumário do político que trocar de legenda, decisão a contar de 16 de outubro. "O tribunal está legislando sem ter poderes constitucionais para isso e está indo além de suas atribuições. Trata-se de competência legislativa surrupiada", criticou o parlamentar, durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), ontem.

A decisão contou com a aprovação dos parlamentares presentes, a começar pelo presidente da comissão, deputado **Leonardo Picciani** (PMDB-RJ), que elogiou a iniciativa. "O Legislativo é guardião da Constituição tanto quanto os outros poderes", afirmou. Na avaliação de Picciani, zelar pela preservação de sua competência legisla-



Regis de Oliveira

tiva em face da atribuição dos outros poderes é de competência exclusiva do Congresso Nacional, de acordo com o inciso 11 do Art. 49 da Constituição.

Apoio

Outros onze deputados também se posicionaram favoravelmente ao projeto que será apresentado por Regis de Oliveira, pedindo inclusive tramitação acelerada para a proposta. Todos ressaltaram a falta de competência constitucional para o tribunal legislar. O presidente do

PMDB, deputado **Michel Temer** (SP) considerou "grave" a situação provocada pelo TSE.

No entender do deputado **Flávio Dino** (PCdoB-MA), ao não permitir que o detentor de mandato seja impedido de recorrer da decisão que lhe cassa a atuação política, o tribunal está ferindo um direito fundamental. Já **Antonio Carlos Maga-**

lhães Neto (DEM-BA) observou que essa situação chegou a esse ponto devido "à inação e inércia do Congresso Nacional, que não votou a reforma política". Posição semelhante manifestou o deputado **Gerson Peres** (PP-PA). "Não existe efeito sem causa", criticando também a inação do Legislativo. (**Newton Araújo Jr.**)

Caso Ronaldo Cunha Lima

O deputado Regis de Oliveira também criticou a intenção manifestada pelo Supremo Tribunal Federal nesta semana de dar continuidade ao julgamento do ex-deputado Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) por tentativa de assassinato. Cunha Lima renunciou na semana passada para perder o foro privilegiado e ser julgado pela Justiça comum da Paraíba. O ex-deputado baleou seu inimigo político Tarcísio Burity, em 1993.

Na avaliação de Regis, o STF está tentando prorrogar a

sua competência, "ao arripio da Constituição" para poder processar Cunha Lima. "É um absurdo e uma situação preocupante que o Supremo queira ir adiante com o julgamento", criticou o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. "Imagine a situação contrária em que os deputados cassados queiram de volta a prerrogativa do foro privilegiado", exemplificou. Para ele, os parlamentares estão sendo vítimas dos excessos dos outros poderes. (**NAJr.**)

Comissão de Trabalho aprova vínculo empregatício após a aposentadoria

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o Projeto de Lei 3772/00, do ex-deputado Alceu Collares. O texto garante que a aposentadoria voluntária do empregado não implica a rescisão de seu contrato de trabalho. Ou seja: ele terá os direitos preservados se optar por seguir na relação de emprego mesmo depois de se aposentar.

A proposta está em consonância com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que em outubro do ano passado declarou inconstitucional a regra da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5452/43)

em sentido contrário.

Antes desse julgamento, o empregado que se aposentava por iniciativa própria perdia os direitos rescisórios, como a multa de 40% sobre os saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), porque se considerava que a aposentadoria, nesse caso, extinguiu seu contrato de trabalho. Caso ele continuasse trabalhando na mesma empresa, iniciava-se nova contagem de tempo a partir de então.

Nos termos da decisão do STF, que confirmam as mudanças sugeridas no projeto, a aposentadoria voluntária não terá efeito sobre o contrato de trabalho. Dessa forma, se o aposentado optar por seguir na relação de emprego seus direitos estarão preservados.



Luciano Castro

Lei e jurisprudência

O relator do projeto, deputado **Luciano Castro** (PR-RR), que recomendava sua rejeição, mudou de avaliação sobre o assunto: "Para evitar que a legislação trabalhista fique sem lógica, com dispositivos contraditórios à jurisprudência,

consideramos que ela deve ser alterada", explicou.

Segundo a proposta, caso venha a ser demitido sem justa causa o trabalhador terá direito à contagem de tempo anterior à aposentadoria. Se voltar a trabalhar para o mesmo empregador, mesmo após a aposentadoria voluntária, terá, igualmente, direito de computar o período anterior, a não ser que tenha sido demitido por justa causa ou se já tiver recebido a indenização correspondente.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, agora será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovado por essa comissão, não precisará ser submetido a Plenário.

SISTEMA CARCERÁRIO

CPI estuda mudanças no sistema carcerário e no regime de penas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário deve propor mudanças na legislação para reformar o modelo prisional brasileiro e alterar o regime de penas. Entre as alterações que serão propostas está a mudança no regime de progressão da pena, para evitar que um condenado à pena máxima (30 anos de prisão) fique livre após cumprir 1/6 da pena (cinco anos), como acontece hoje. A CPI também deve sugerir mudanças no fundo penitenciário e nos programas de ressocialização dos presos.

Tanto o presidente da CPI, deputado **Neucimar Fraga (PR-ES)**, quanto o relator, deputado **Domingos Dutra (PT-MA)**, adiantaram algumas das medidas que poderão ser propostas. Fraga informou que a comissão tem ouvido especialistas para definir quais mudanças serão apresentadas ao final dos trabalhos. "É inteligente condenar uma pessoa a 30 anos e colocá-la na rua cinco anos depois?", disse Fraga.

Segundo lembrou o relator, vários projetos em tramitação na Câmara e no Senado propõem mudanças no sis-



Domingos Dutra (2º D/E): depoimentos foram sigilosos para "não arriscar a vida de ninguém"

tema carcerário. Entre as medidas que ele deve apresentar, está a que proíbe a retenção de recursos do fundo penitenciário. Domingos Dutra também citou a criação de novas fontes para financiar o sistema carcerário, além da questão da privatização e da terceirização dos presídios.

Domingos Dutra lembra que o sistema carcerário deve isolar o preso e garantir que o condenado volte para a sociedade melhor do que entrou. Segundo ele, isso hoje não acontece. Em São Paulo, exemplificou, 80% dos presos não trabalham, apenas 10% estudam e faltam

LUIZ ALVES

programas de assistência aos familiares." Para ele, as prisões são "síntomas" do problema da segurança pública. Dutra acredita que criar vagas ajuda a melhorar o sistema carcerário, mas defendeu também mais investimentos no sistema de penas alternativas para pequenos delitos.

Neucimar Fraga criticou o discurso de que "é melhor construir es-

colas do que presídios". Segundo ele, trata-se de um falso dilema, pois hoje existe déficit de vagas tanto nas escolas quanto nos presídios. "Existe uma relação direta entre o aumento de vagas e a redução do número de crimes", disse. Para Fraga, investir no sistema carcerário não é dar regalias aos presos, e sim investir na segurança pública. Segundo ele, os EUA têm 2,5 milhões de presos, cerca de 1% da população do país, enquanto o Brasil tem 420 mil presos, ou 0,3% da população. O presidente da CPI disse que existe um déficit de cerca de 220 mil vagas no sistema carcerário brasileiro. (**Roberto Seabra**)



Arnon Bezerra

Arnon Bezerra defende incentivo ao turismo interno

O deputado **Arnon Bezerra (PTB-CE)** defendeu em Plenário o estímulo à regionalização do turismo e o incentivo ao turismo interno. Segundo ele, a ideia é intensificar ações de promoção que estimulem o brasileiro a conhecer melhor o País, transformando-o num potencial agente multiplicador dos atrativos turísticos do Brasil.

Para isso, segundo Bezerra, é preciso identificar os produtos que já são oferecidos e buscar medidas para ampliar a promoção dos atuais e de novos destinos, concentrados em segmentos como ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural e religioso. Para o deputado, o turismo é um setor que promove a interação entre os povos e já é um dos mais importantes do mundo para geração de renda e empregos. O deputado destacou ainda a diversidade cultural e ambiental, que deveriam ser transformadas em instrumento de melhoria da qualidade de vida.

O parlamentar ressaltou que muitos brasileiros investem em viagens internacionais de lazer, negócios e conhecimento e, por isso, é preciso viabilizar, cada vez mais, os deslocamentos internos para motivar essas pessoas a conhecerem o seu próprio país, afirmou.

Arnon Bezerra ressaltou também que há muitas áreas com grande potencial turístico no Brasil. Na sua avaliação, só é preciso ordenar com urgência esses destinos, dotá-los de infra-estrutura e segurança, mas sem descaracterizá-los, como ocorre na Europa.

De acordo com Bezerra, o sucesso dos destinos turísticos europeus está exatamente nesse tipo de investimento e na manutenção das características dos lugares. "É necessário olhar para as potencialidades de cada região e investir no seu patrimônio arquitetônico, artesanal e gastronômico", advertiu. Bezerra enfatizou ainda o patrimônio natural, o artesanato, a culinária, a arte e a cultura do seu estado e ressaltou que o clima da região é um atrativo para o potencial turístico.

Segurança

O parlamentar cearense também chamou a atenção para a questão da segurança do turista. De acordo com Bezerra, ainda há capitais importantes, em todas as regiões brasileiras, que não possuem delegacias especializadas de atendimento ao turista. "Capitais do Nordeste registraram, em 2005, cerca de 900 assaltos à mão armada por 100 mil habitantes", complementou.

Comissão ouve em sigilo dirigentes de presídios paulistas

Superlotação de presídios, presença de organizações criminosas dentro das unidades prisionais, constantes ameaças à integridade física dos agentes penitenciários e ausência de programas de ressocialização para presos. Esses foram alguns dos problemas apontados durante audiência pública realizada ontem pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário para ouvir representantes do sistema prisional de São Paulo - o maior do País, com 74 penitenciárias e 32 centros de detenção provisória, dentre outros tipos de unidades.

Os depoimentos mais importantes, no entanto, aconteceram a portas fechadas. Isso porque os depoentes dirigem presídios onde estão as lideranças da organização criminosa PCC (primeiro comando da capital). "A CPI não pode botar em risco a vida de ninguém. Os depoimentos foram sigilosos e estão nos ajudando muito", disse o relator, deputado

Domingos Dutra (PT-MA).

Transferência de presos

Antes da reunião tornar-se sigilosa, o coordenador das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de São Paulo, José Reinaldo da Silva, fez um relato sobre a situação dos presídios paulistas. Ele informou que 39 das 73 unidades atingidas pela rebelião de maio do ano passado tiveram de ser reformadas ou reconstruídas. Silva disse que a tentativa de destruir os estabelecimentos teve como objetivo pressionar pela transferências de presos.

Segundo o coordenador, foi adotado um novo critério para distribuição dos líderes criminosos após as rebeliões. Anteriormente, eles eram separados em diferentes presídios, mas passaram a ser mantidos juntos para evitar uma maior influência sobre os demais presos. No oeste de São Paulo, há 35 penitenciárias e 33 mil detentos.

O diretor do Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes (SP), Luciano César Orlando, afirmou

que as rebeliões tinham o objetivo de tentar extinguir o regime disciplinar diferenciado (RDD), considerado de segurança máxima. Segundo Orlando, os presos tentaram obter o fim do regime por meio da força ou de comoção da sociedade, ao fazer denúncias contra policiais sobre falsos casos de maus-tratos.

O diretor relatou ter sido ameaçado por presos, mas disse que a reforma estrutural de seu estabelecimento deu mais segurança aos funcionários e aos próprios detentos. "Nossa unidade foi de 0 a 100 em pouco tempo. Hoje, temos um grupo de funcionários coeso e que trabalha corretamente", disse.

Após as declarações dos diretores, a reunião da CPI tornou-se fechada para que os convidados prestassem informações sigilosas. A audiência foi sugerida pelo presidente da CPI, deputado **Neucimar Fraga (PR-ES)**, e pelo deputado **Dr. Talmir (PV-SP)**. (**RS**)

ÓLEO DIESEL

Subsídio para produtores pode ser votado hoje

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional pode votar hoje o Projeto de Lei 1555/07, da deputada **Sandra Rosado (PSB-RN)**, que autoriza o Poder Executivo a subsidiar o óleo diesel consumido no Norte, no Centro-Oeste e no Semi-Árido nordestino.

A autora explica que esses produtores enfrentam dificuldades de escoamento de produtos por causa da distância dos grandes centros e da precariedade das estradas. A comissão se reúne às 10 horas, no plenário 15.

Royalties

Outro item da pauta é o Projeto de Lei 4359/01, do ex-deputado Feu Rosa, que estabelece um novo critério para a demarcação da divisa entre os estados e municípios costeiros para calcular o pagamento de royalties pela exploração de petróleo e gás natural no mar territorial, plataforma continental ou zona econômica exclusiva.

Pelo projeto, a demarcação da divisa entre estados e municípios costeiros será feita por uma linha definida pelos pontos relativos ao limite intermunicipal e interestadual na linha de costa e seu correspondente no mar territorial.

Governo fará decreto para priorizar compras sustentáveis

O governo federal deve adotar, até o início do próximo ano, critérios sustentáveis nas compras públicas. A previsão é do diretor de Economia e Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, Luiz Fernando Krieger Merico, que participou de audiência pública ontem na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Merico, os ministérios do Meio Ambiente; das Cidades; e do Planejamento estão elaborando um decreto para regulamentar a Lei de Licitações (8.666/93) e permitir que o setor público federal priorize a aquisição de produtos e serviços considerados "verdes", como papel reciclado, lâmpadas econômicas e madeira de origem legal comprovada. "A partir desse decreto, vai se facilitar muito esse processo e se criar a possibilidade de colocar nos editais a compra de madeira legal", afirmou, ressaltando que haverá economia de água e energia com as medidas.

A iniciativa é bem-vinda, na avaliação do coordenador da Campanha de Madeira e Desmatamento da Amazônia do Greenpeace Brasil, Marcelo Marquesini. Para ele, o setor público, como um dos maiores consumidores e contratantes de obras no País, pode incentivar a adoção de critérios sustentáveis



Deputado Luiz Carreira (2º D/E) foi autor do requerimento para o debate

por outros segmentos sociais.

Marquesini declarou que, em alguns casos, como o de compra de madeira, o estímulo é fundamental. Ele destacou que hoje mais de 60% da madeira produzida no País tem origem ilegal. Desse total, segundo Marquesini, 64% são consumidos dentro do Brasil, sendo que 1/3 pelo setor público. "O setor público não pode financiar o desmatamento na Amazônia. Ao comprar madeira de desmatamento, você financia quem fez o desmatamento. E isso tem que parar. Existe madeira de manejo florestal e de reflorestamento no mercado suficiente para abastecer o setor público", disse.

A advogada e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas

(FGV-SP) Rachel Biderman Furriela também ressaltou o papel do Estado como incentivador de produtos sustentáveis. Ao falar sobre as importantes iniciativas de adoção de critérios ambientais em compras públicas, ela citou dados que mostram que em países em desenvolvimento 30% do PIB são gerados por compras públicas, enquanto em países desenvolvidos esse número é de 10%.

Estados e municípios

Apesar de elogiar a disposição do governo em adotar as chamadas licitações verdes, Marquesini avalia que a medida teria efeito limitado. Para ele, seria importante uma modificação na atual legislação para que entes públicos estaduais e mu-

nicipais também fossem obrigados a incluir exigências ambientais nas compras públicas. Marquesini informou que só cerca de 30 cidades, além do governo do estado de São Paulo, assumiram o compromisso com o Greenpeace de participar da campanha Cidades Amigas da Amazônia, de só comprar madeiras de origem legal.

O Ministério do Meio Ambiente entende que a atual legislação já permitiria a realização de licitações sustentáveis. Mas o órgão, segundo Merico, reconhece que existem dúvidas jurídicas e concorda que mudanças seriam benéficas.

Emendas ao Orçamento

Durante a audiência, o autor do requerimento para a realização do evento, deputado **Luiz Carreira (DEM-BA)**, informou que as comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional apresentaram emendas ao Orçamento de 2008 - no valor de R\$ 500 milhões, cada uma - para o combate ao desmatamento na Amazônia. Carreira disse já ter conversado com o relator do Orçamento, deputado **José Pimentel (PT-CE)**, que, segundo ele, afirmou que acatará as emendas. **(Ana Raquel Macedo)**

Aelton Freitas defende biodiesel e legislação para proteger indústria

O deputado **Aelton Freitas (PR-MG)** afirmou em Plenário que o Brasil não pode se permitir perder o controle da produção do biodiesel. Como país que domina a tecnologia na área, disse, o Brasil precisa resolver o problema de exploração dos combustíveis alternativos e contar com uma legislação sólida para proteger a indústria nacional. Ele destacou a importância do biodiesel, que contribui para a redução da poluição ambiental e a geração de empregos.

O parlamentar afirmou que, por meio do combustível alternativo, é possível também reorganizar o campo brasileiro. Ele destacou que cresce no cenário mundial a importância de



Aelton Freitas

países como o Brasil, com imensas áreas agricultáveis e boas condições climáticas durante todo o ano, o que permite o cultivo constante não apenas de produtos alimentícios,

mas também das safras que podem ser aproveitadas para a produção de biocombustíveis. "Vivemos um momento muito preocupante para a economia mundial, em que vemos os preços do petróleo, no mercado internacional, chegarem aos mais altos níveis da história, ultrapassando a barreira dos 80 dólares por barril", alertou.

Freitas salientou que nesse momento cresce também a preocupação com as consequências da queima de combustíveis fósseis para o aquecimento global. Por isso, todos os países buscam soluções sustentáveis para assegurar a continuidade do desenvolvimento econômico. "É preciso encontrar fontes energéticas a custos acessíveis e que

preservem o meio ambiente, evitando a emissão de gases poluentes que causam o efeito estufa", ponderou.

Produção agrícola

Ao defender o incentivo à produção do biodiesel, o deputado ressaltou a importância de Minas Gerais nesse contexto. De acordo com o representante do PR, o seu estado apresenta hoje uma das situações mais favoráveis para a produção agrícola. Segundo ele, Minas tem aptidão natural tanto para se tornar um grande celeiro na produção de alimentos, como também para ser um dos maiores produtores de biocombustíveis do País, especialmente de álcool combustível e de biodiesel.

Aelton Freitas lembrou que

Minas Gerais está entre os maiores produtores nacionais de álcool etílico e tem 24 usinas instaladas. Além disso, o estado tem uma produção anual de 29 milhões de toneladas de cana-de-açúcar que, em virtude dos maciços investimentos, deverá, atingir nos próximos cinco anos, a marca de 80 milhões de toneladas e ficar atrás apenas do estado de São Paulo. Em relação ao biodiesel, o deputado disse que os índices não são menos interessantes. Segundo ele, além de ter mais de dez indústrias produtoras do combustível e várias outras em instalação, Minas Gerais tem um mercado consumidor significativo, que corresponde a 11% do total nacional.

Debate sobre legalização da prostituição divide CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania iniciou ontem a discussão do Projeto de Lei 98/03, do deputado **Fernando Gabeira (PV-RJ)**, que legaliza a atividade de prostituição. A discussão foi interrompida devido ao início da Ordem do Dia. A continuação do debate e a votação final estão marcados para hoje. "Independentemente do resultado na comissão, o projeto será votado em Plenário. O presidente Arlindo Chinaglia aguardeará o fim da tramitação normal na CCJ", informou o presidente da comissão, deputado **Leonardo Picciani (PMDB-RJ)**.

O relator, deputado **Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)**, é contrário à sua aprovação, assim como os deputados **Regis de Oliveira (PSC-SP)** e **Sandra Rosado (PSB-RN)**, que apresentaram votos em separado nesse sentido. Também são contrários os deputados **Gerson Peres (PP-PA)** e **Flávio Dino**



O relator, Antonio Carlos Magalhães Neto (E), é contra a proposta

(**PCdoB-MA**), que discursaram contra o PL. Já os deputados **Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)**, **Sarney Filho (PV-MA)** e **Marcelo Itagiba (PMDB-RJ)** apresentaram votos em separado pela sua aprovação.

Sandra Rosado argumenta que o projeto não legaliza a profissão, apenas prevê o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual. "Só quando a sociedade mobilizada trouxer uma abordagem distante do

campo da moralidade é que serão trazidas sugestões orientadas para a defesa da cidadania e dos direitos humanos dos que exercem esta atividade, e não da forma que se pretende." observou.

Para Magalhães Neto, "a prostituição não deve merecer tratamento legal, à luz do Direito Civil". Ele também é contrário à pretensão do PL de revogar os artigos do Código Penal que criminalizam o favorecimento da prostituição, a casa de prostitui-

ção e o tráfico de mulheres.

Já Sérgio Carneiro afirmou que, com a legalização, as prostitutas e prostitutos poderão contar com previdência social e outros direitos trabalhistas. Ele cita a Classificação de Ocupações do Ministério do Trabalho, onde quem a pratica é listado como 'profissional do sexo'. "A legalização vai contribuir para controlar doenças, combater o crime e, porque não, será mais uma fonte de impostos".

Gerson Peres considerou "a mercantilização do sexo um absurdo e um desrespeito à moralidade". Ele citou fato ocorrido em Belém, onde a prostituta, em vez de receber pagamento, foi estrangulada e morreu.

Inconstitucional

Regis de Oliveira elogiou Gabeira por ter colocado o tema em discussão, mas considerou a proposta inconstitucional por ferir o direito à vida íntima do cidadão, e apontou dificulda-

des para o julgamento de certas questões que envolvem as atividades de prostituição.

O voto do deputado Sarney Filho considera que o uso do próprio corpo decorre, em primeiro lugar, de um direito natural, a exemplo dos desportistas, modelos, manequins e outros profissionais. "Essas atividades fazem uso do corpo, são remuneradas e respeitadas como tal", defende. Seu voto ainda não foi lido.

Flávio Dino baseou seu voto contrário em recomendação do Parlamento Europeu, instituição que avaliou a legalização da prostituição na Holanda e na Alemanha. Segundo a instituição, "a legalização facilita a compra de sexo, inclusive a ressaltante do tráfico de mulheres".

Não haveria prostituição se não houvesse quem pagasse por ela". Representante da ONG Davida, a ex-prostituta Gabriela Leite estava presente na comissão para apoiar a proposta. (**Newton Araújo Jr.**)

TVs e produtores divergem sobre cota para desenho nacional

Representantes dos produtores independentes e das emissoras de televisão discordaram ontem sobre a eficácia do Projeto de Lei 1821/03, que cria cotas na TV para exibição de desenhos animados produzidos no Brasil, como incentivador da produção nacional. O principal ponto de discordância foi a possibilidade de os produtos brasileiros conseguirem completar as cotas na grade de programação com qualidade. Enquanto emissoras dizem que não há produção suficiente, produtores afirmam poder cumprir cotas em pouco tempo.

As declarações foram dadas durante audiência pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir o PL 1821/03. A proposta, do deputado **Vicentinho (PT-SP)**, estabelece a adoção de percentuais mínimos graduais de produção nacional na programação das emissoras.

O debate foi proposto pelo deputado **Elismar Prado (PT-MG)**, relator da matéria na Comissão de Ciência e Tecnologia. A intenção do projeto, explica o parlamentar, é valorizar a cultura brasileira e incentivar a produção de desenhos animados no País. "No entanto, é preciso questionar a viabilidade desses percentuais considerando a capacidade de produção nacional, os contratos já celebrados pelas emissoras de televisão com fornecedores estrangeiros e o papel do Estado na consolidação desse projeto."

Cota mínima

O presidente da Associação Brasileira de Cinema de Animação (ABCA), Ale Mchaddo, e o conselheiro do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPITV) Francisco Mistrorigo afirmaram que a produção brasileira já tem condições de suprir uma cota mínima de desenhos animados feitos no País. De acordo com Ale Mchaddo,



Elismar Prado (D) coordenou os debates

o custo da produção no Brasil pode ser bem menor que o de outros países, e o maior problema é a distribuição. Francisco Mistrorigo ressaltou que o BNDES já possui programa de financiamento para a produção audiovisual com uma linha específica para a animação. Entretanto, um dos requisitos para sua liberação é a garantia de veiculação.

Por sua vez, o consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e diretor da Globo Filmes, Carlos Eduardo Rodrigues, destacou que, neste momento, é impossível impor uma cota de desenhos animados produzidos no Brasil, tanto para as emissoras abertas, quanto para as fechadas. A opinião foi compartilhada pela consultora da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA) Alessandra Pontes. Para ela, a obrigação de a TV brasileira exibir desenhos animados nacionais não irá gerar a produção.

Carlos Rodrigues destacou que, apesar do alto número de profissionais qualificados e de projetos na área, o custo de produção inviabiliza a animação nacional. Ele informou que um episódio de 22 minutos de uma série de animação é comprado do exterior por R\$ 7 mil, em média, enquanto o custo de produção do mesmo episódio varia entre R\$ 220 mil a R\$ 440 mil. (**Cristiane Bernardes**)

Relator buscará consenso para aprovação do projeto

O deputado Elismar Prado (PT-MG), relator do Projeto de Lei 1821/03, que cria cotas na TV para exibição de desenhos animados produzidos no País, informou ontem que conversará com os envolvidos no setor para negociar possíveis melhorias no projeto. Prado acrescentou que tentará elaborar um relatório o mais próximo possível da realidade brasileira, para que o projeto seja aprovado. Elismar Prado destacou ser importante a preocupação com a programação infantil, uma vez que "o investimento em formação e educação das crianças é essencial para criarmos cidadãos mais conscientes de seus direitos".

O deputado **Vicentinho (PT-SP)**, reafirmou sua preocupação com a cultural nacional. Vicentinho lembrou que a maioria absoluta da programação dirigida ao público infantil é estrangeira. Ele reclamou ainda que o povo brasileiro, quando retratado, é mostrado de forma preconceituosa e equivocada e que muitos desenhos são violentos e mostram valores inadequados para as crianças.

O diretor do Centro Tecnológico do Audiovisual) do Ministério da Cultura, José Araripe, manifestou apoio à proposta lembrando que até mesmo a produção dos EUA teve início por meio de cotas, para impedir o domínio dos filmes franceses nas salas de cinema. Araripe destacou ainda que os recursos de informática requeridos para a animação permitem a produção descentralizada. (**CB**)

ORÇAMENTO 2008

Parecer aprovado confirma teto de R\$ 8 milhões para emendas individuais



William Woo

Câmara aprova dispensa de licitação para operações de paz

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 5939/05, do Executivo, que muda a Lei de Licitações (8666/93) e dispensa a realização de licitação para a compra de bens e a contratação de serviços para atender as Forças Armadas em operações de paz. A matéria segue para o Senado.

O relator, deputado **William Woo (PSDB-SP)**, defendeu a aprovação do projeto e apresentou uma emenda de redação ao texto original. "Do ponto de vista da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta quaisquer vícios, visto que compete à União legislar privativamente sobre normas gerais de licitação e contratação", observou.

O Brasil integra atualmente a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. A operação, que começou em 2004, foi recentemente prorrogada por mais um ano. O efetivo brasileiro é composto por 1.200 militares e civis.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o parecer preliminar do deputado **José Pimentel (PT-CE)** ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008. Até o fechamento desta edição, a comissão ainda analisava os destaques ao texto.

O parecer confirma o valor das emendas individuais ao Orçamento em R\$ 8 milhões. O novo teto foi decidido na tarde de ontem em uma votação apertada entre as lideranças da comissão. O deputado José Pimentel já havia elevado o valor de R\$ 6 milhões para R\$ 7 milhões por parlamentar. Mesmo assim, a quantia gerou polêmica. Somente depois de duas horas de negociação, as lideranças concordaram em definir o novo valor no voto.

Dos líderes presentes, sete votaram a favor dos R\$ 8 milhões - PSB, PR, PT, PSDB, PTB, PPS e liderança do governo. Outros seis queriam um teto de R\$ 9 milhões - PCdoB, PP, DEM, PDT, PSC e PMDB.

Emendas coletivas

Com o teto de R\$ 8 milhões, as emendas individuais vão somar R\$ 4,752 bilhões. Cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas. O aumento do valor das emendas individuais significa que as emendas coletivas (bancadas e comissões) perde-



José Pimentel

rão R\$ 594 milhões. Com o acordo, elas passarão a somar R\$ 6,84 bilhões. Esse montante será dividido da seguinte forma: 25% para as bancadas estaduais, 55% para as relatorias setoriais e 20% para o relator-geral.

Imóveis funcionais

Segundo informou o relator-geral da proposta orçamentária, o governo federal vai leiloar terrenos e imóveis no ano que vem para cumprir o teto de despesas com a saúde. Pimentel adiantou que o governo já está fazendo o levantamento dos imóveis passíveis de venda por licitação.

O objetivo é complementar os recursos destinados à área após a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29, aprovada na semana passada na Câmara (PLP 1/03). A proposta destinou mais R\$ 4 bilhões para a saúde em 2008, fora

os R\$ 47,8 bilhões já consignados no projeto orçamentário.

A venda para particulares não é a única fonte de recursos para complementar o orçamento da saúde. Parte do dinheiro virá da segunda reestimativa de

receita para 2008, que será feita pelos consultores de orçamento do Congresso. A complementação das despesas da saúde foi um dos principais assuntos da reunião de lideranças na comissão. **(Janary Júnior)**

Acordo garante inclusão de metas da LDO no PPA

O Anexo de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) será incluído no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. A decisão foi tomada ontem pelos líderes partidários da Comissão Mista de Orçamento. Pelo acordo selado, as bancadas vão apresentar as mesmas metas do anexo por meio de emendas aos projetos do PPA e da Lei Orçamentária Anual (LOA), que tramitam na comissão.

O valor das emendas ao PPA terá de somar, no máximo, R\$ 2,136 bilhões. Desse montante, 25% será acatado a cada ano até 2011, o que dá pouco mais de R\$ 500 milhões por ano, durante quatro anos.

Os dois relatores - respectivamente os deputados petistas **Vignatti (SC)** e José Pimentel (CE) - vão acatar as emendas. Outro ponto do acordo é que 95% dos cerca de R\$ 500 milhões serão destinados a emendas de bancadas e divididos igualmente entre os 27 estados. Os outros 5% serão destinados a emendas individuais.

Solução

Com isso, a comissão resolveu de vez a pendência em relação ao anexo de metas. O texto foi incluído na LDO pelo Congresso, em julho, mas o Executivo não incluiu as metas no projeto da lei orçamentária encaminhada ao Parlamento em agosto. Além disso, oito bancadas não apresentaram, à época da discussão da LDO na comissão, emendas ao anexo.

Parlamentares e bancadas sentiram-se prejudicados, e cobraram dos relatores do PPA e da LOA uma solução política. Com a decisão de ontem, eles poderão apresentar emendas aos dois projetos. **(JJr.)**

Procuradoria investigará denúncia de propina em comissão

A Procuradoria Parlamentar vai investigar a denúncia de que parlamentares da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara teriam recebido propina, em 2003, para votar projetos que favoreceriam a empresa Telecom Itália. Nenhuma das denúncias, publicadas pela revista italiana *Panorama*, cita nomes.

Depois de passar oito meses na cadeia, o ex-chefe de segurança da Telecom Giuliano Tavaroli disse que a empresa teria pago 300 mil dólares a parlamentares brasileiros.

Levantamento

A decisão de encaminhar a

denúncia à Procuradoria foi do presidente Arlindo Chinaglia. Ontem, o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado **Júlio Semeghini (PSDB-SP)**, enviou à Presidência da Câmara levantamento que constata não ter sido aprovado qualquer projeto que pudesse significar um benefício para a empresa italiana. "Nós tivemos o cuidado de analisar e levantar todos os processos, todas as decisões que a comissão tomou um ano antes e um ano depois [da época citada pela denúncia] para saber se podia haver qualquer benefício. A nossa conclusão é que não há nenhum be-



Julio Semeghini

nefício a nenhuma empresa operadora de telecomunicações nem fixa, nem móvel e

muito menos a empresa citada, a Telecom Itália."

Julio Semeghini disse esperar que as apurações sigam até o final, para não haver dúvidas sobre o funcionamento da comissão. A Mesa Diretora da Câmara vai pedir às autoridades italianas os documentos relativos à denúncia com o objetivo de esclarecer se ela tem algum fundamento.

Irresponsável

Em Plenário, o deputado **Jorginho Maluly (DEM-SP)** considerou a denúncia leviana e irresponsável, uma vez que não cita os nomes dos parlamentares supostamente envolvidos. Ele acredita que a Mesa

Diretora precisa tomar providências para esclarecer essa denúncia "que mais uma vez denigre e mancha a imagem da Câmara".

O pedido de Maluly teve apoio imediato do líder do PDT, deputado **Miro Teixeira (RJ)**, que também entende que a citação "genérica e imprecisa" da reportagem atinge o conjunto do Parlamento. No entendimento de Miro Teixeira, a situação exige uma providência oficial, como a requisição, às autoridades italianas, dos autos das investigações sobre autoridades brasileiras, mantido o sigilo. "Senão, não transferem", afirmou.